

A Justiça do Trabalho vai apoiar a divulgação da campanha "Aprendiz Legal", da Fundação Roberto Marinho e que busca inserir os jovens no mundo do trabalho, promover a retenção escolar e combater o trabalho infantil.

Em reunião com o presidente do TST e CSJT, ministro Ives Gandra Martins Filho e com a coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, ministra Kátia Arruda, o coordenador da campanha, Marcelo Bentes e o consultor Nelson Savioli, apresentaram os vídeos produzidos e que estimulam o cumprimento da Lei da Aprendizagem.

"A Lei da Aprendizagem não pode ser encarada apenas como uma obrigação por parte das empresas. Mais do que uma Lei que deve ser cumprida, é um instrumento capaz de transformar a realidade de milhares de jovens e impactar de forma positiva a sociedade", destaca o coordenador do Programa Aprendiz Legal, Marcelo Bentes.

Além dos vídeos comerciais, a campanha Aprendiz Legal contará com anúncios de jornal e revista, spot de rádio e material para as redes sociais. Entre elas, sete minidocumentários que retratam as consequências positivas, o impacto social e os benefícios reais causados na vida dos jovens. Neles, aprendizes e familiares contam como suas histórias de vida foram transformadas pelo projeto.

A Justiça do Trabalho valoriza a contratação de acordo com a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), que garante todos os direitos trabalhistas aos jovens trabalhadores, sem que estes deixem de estudar. A aprendizagem também foi o tema escolhido para ser trabalhado neste ano pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho.

[Fonte: TST, 06 de setembro de 2016](#)

